

Relação entre a Distribuição das Fontes de Recurso do FUNDEB e seu Impacto no Desempenho Educacional dos Municípios da Região Sul

Juliana Xavier Martins

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

E-mail: juliana.x.m@hotmail.com

Siluandra dos Santos

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

E-mail: siluandra.santos@unoesc.edu.br

Gilvane Scheren

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

E-mail: gilvane.scheren@unoesc.edu.br

Betania De Marco

Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

E-mail: betania.demarco@unoesc.edu.br

Resumo

O artigo examina os valores de impostos recolhidos por contas públicas, destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e de valorização dos profissionais da educação nos municípios da região Sul, sendo o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina nos anos de 2015 e 2017. O governo Federal com participação do Estado e Município destina os valores para as escolas com base no número de matrículas no ensino fundamental e educação básica, ampliando o atendimento e a melhoria qualitativa do ensino. O artigo enfatiza a vinculação iniciada com a Constituição de 1988, a criação do FUNDEF, e as mudanças em 2007 se tornando FUNDEB, com novos impostos incluídos, estes destinados para recursos de capacitação de professores e piso salarial que não existia até o momento. Os dados analisados foram coletados em sites do governo federal. Após tabulados, apresentamos nas tabelas valores em média, mediana e mínima e regressão. O artigo nos apresenta a relação dos impostos recolhidos e destinados à educação através do FUNDEB, sendo assim, isso nos mostra que alguns municípios da região sul recebem mais renda que outros, pelo fato da quantidade de matrículas e docentes de cada município.

Palavras-chave: POLÍTICAS PÚBLICAS; EDUCAÇÃO; FUNDEB; FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.

Linha Temática: Desempenho do Setor Público.

1 Introdução

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação começou a ter mudanças significativas no desenvolvimento da Educação Básica através das leis e dos órgãos responsáveis pelo ensino. Os primeiros fatores de análise foram o social e o econômico, pois

um ponto influenciável ao acesso do aluno à escola é sua estrutura familiar. Já para a escola é manter esse aluno dentro da sala de aula. Dessa forma, quanto mais alunos matriculados mais recursos serão recebidos. Outro fator é a preocupação sobre o conceito educacional de melhorias e as atualizações para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, que são as três etapas principais do desenvolvimento social, garantindo assim, seu direito na definição de uma sociedade justa e democrática (CURY, 2002).

Diante dos atuais cenários que o mundo vem criando e desenvolvendo ao longo do tempo, a educação é um dos mais perceptíveis em relação às necessidades de melhorias e mudanças, para que se possa garantir o desenvolvimento social, econômico e cultural dos sujeitos. Tais mudanças despertaram cada vez mais o desejo de que o ensino tenha maior apoio financeiro, e nada mais justo que esse apoio seja parte do retorno dos tributos arrecadados da população pelo governo. Ao pensar no desenvolvimento em relação ao campo educacional, deveriam encontrar soluções para que o sujeito consiga ter um posicionamento político perante o seu modo de existir em sociedade (RODRIGUES, 2020).

Baseado nisso, o foco deste trabalho se dá a uma análise da relação entre a distribuição das fontes de recurso do FUNDEB e sua qualidade com investimento na educação nos municípios dos estados da região sul do Brasil. Muitos são os questionamentos sobre a qualidade no ensino da Educação Básica, entre elas é saber se o nível do aprendizado tem algum impacto com relação à quantidade de recursos recebidos para seu investimento, pois se percebe através das mídias a grande quantidade de reclamações sobre o pouco auxílio que a educação recebe.

Partindo dos pressupostos acima, a presente pesquisa busca saber: qual a relação existente entre o investimento arrecadado para o FUNDEB e a qualidade da educação nos municípios dos estados da região sul do Brasil?

O objetivo geral do estudo é identificar como são distribuídos os recursos recebidos pelo FUNDEB e se o nível de desempenho na educação resulta pela quantidade recebida por este recurso nos municípios dos estados da região sul do Brasil no período de 2015 e 2017. Os objetivos específicos se direcionam em: identificar quanto cada estado da região sul consegue arrecadar para o FUNDEB; verificar qual estado repassa para a educação maior arrecadação de tributos; analisar quanto por cento dos valores arrecadados é direcionada a educação; comparar se o estado com maior investimento em educação possui resultado positivo, obtido nas provas de conhecimentos: ENEM e ENCEJA e avaliar qual a importância que o FUNDEB tem sobre a educação nesses anos nos municípios dos estados da região sul do Brasil.

A garantia da educação básica pública, cuja responsabilidade cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação suplementar da União, conforme prevê a Constituição Federal, constitui um dos grandes desafios a ser enfrentado no contexto da política de inclusão social que norteia as ações do governo federal. A criação do FUNDEB, como mecanismo de ampla redistribuição de recursos vinculados à educação no país, se faz necessário para que todas as etapas e as modalidades de ensino pudessem contar com estes recursos financeiros em base no número de alunos matriculados, concorrendo dessa forma, para a ampliação do atendimento e a melhoria qualitativa do ensino oferecido.

Na busca da qualidade desta educação, compreende-se que a gestão dos recursos em âmbito local, municipal e nacional é parte essencial para o desenvolvimento de tal nível de ensino, uma vez que é através desse processo que se concretizam as ações de políticas educacionais. As reflexões do estudo acerca do tema, tem relação entre a distribuição das fontes de recurso do FUNDEB e seu impacto no desempenho educacional dos municípios da região sul, se justificou em função da importância da educação no crescimento do país. É necessário

que a sociedade participe ativamente, por meio do acompanhamento e controle das ações realizadas com recursos do FUNDEB no seu estado e município. Dessa forma, busca-se diminuir as desigualdades sociais e econômicas existentes na região sul do país, que tanto afetam o desenvolvimento da educação.

No panorama científico a pesquisa buscou um estudo coerente que examine a identificação de informações sobre os tributos recolhidos pelas contas públicas, relatórios de avaliação e análise da gestão dos municípios e estados. Essas informações são a preocupação que todos os municípios e estados devem apresentar, já que os tributos são de fundamental importância para que possam desenvolver seus objetivos, possibilitando melhor qualidade de vida a população e ainda buscar formas de aprimorar o desenvolvimento.

Ainda na esfera profissional do contabilista a demanda de seus serviços é de suma importância na prática das funções de orientação, controle e registro do setor público, pois se constata um amplo campo de atuação no setor de arrecadação de tributos para que ocorra a correta fiscalização para sua possível distribuição. Sendo assim, a preocupação está na importância que os tributos estão tendo sobre a educação. Uma sociedade consciente de seus direitos e deveres é uma sociedade com o poder de decidir seus rumos. Neste sentido, a educação visa conscientizar os cidadãos sobre a importância dos tributos para a manutenção das atividades e o exercício da cidadania fiscal dos Estados e Municípios, pois sem os quais, nenhum progresso social seria possível.

2 Referencial Teórico

2.1 Teoria do Federalismo Fiscal

Conforme Gadelha (2017), o federalismo fiscal é o ramo da ciência econômica dentro do setor público, que busca estudar a repartição fiscal e de competências entre as diferentes esferas de um governo, busca fazer a alocação e maximização da eficiência da arrecadação de recursos e a melhor oferta de bens e serviços públicos à população de uma forma geral, dessa forma, o foco de análise do federalismo fiscal é a forma como uma federação se organiza entre seus federados para melhor arrecadação de recursos.

A criação dos governos na teoria do federalismo baseou-se na maneira que o poder soberano da nação foi dividido, através de critérios constitucionais e políticos de acordo com as necessidades e os diferentes níveis de governo, aproveitando todos os recursos para melhor desenvolvimento nas áreas sociais, financeiras e econômicas. No Brasil os federados municipais receberam boa parte dos seus tributos pela União e Estado, conforme as necessidades de cada região, como resultado, aumentava-se o crescimento na infraestrutura das cidades (DANTAS JUNIOR; DINIZ; LIMA, 2019).

Na constituição federal de 1988, foi adotado no federalismo o processo por descentralização aos estados e municípios no Brasil. Dando uma maior autonomia nas decisões, aumentando a arrecadação e possibilitando criar fontes de receitas (BOTELHO; ABRANTES; FIALHO, 2019). Assim, a descentralização criou projetos locais na qual cada região conseguiu resolver seus problemas com maior agilidade e consequentemente visualizar aonde era necessário à implantação de novos projetos que buscasse maior desenvolvimento (SUZART, 2013).

Dessa maneira, o desafio do federalismo fiscal está na busca pela definição e divisão igualitária entre todos os níveis de governo, em relação às tarefas como a arrecadação, distribuição dos tributos e prestação dos bens e serviços públicos, pois, define o grau máximo

da eficiência fiscal, diz (MIRANDA; OLIVEIRA, 2010). Todavia, a teoria associada ao federalismo fiscal não se prende somente à melhor alocação de recursos e oferta de bens, mas também à distribuição de renda e ao crescimento econômico (DINIZ; CORRAR, 2011).

Segundo art. 211 da Constituição Federal de 1988, na qual explica a responsabilidade que cada ente federativo tem em relação à educação básica. A União é responsável de financiar as instituições de ensino público, além de organizar, distribuir tarefas e dar suporte no sistema federal com objetivo de garantir oportunidade de aprendizado e um padrão mínimo de qualidade de ensino aos estados, distrito federal e municípios. Assim, os municípios são responsáveis pelo ensino fundamental e educação infantil e o Distrito Federal e os Estados responsáveis pelo ensino fundamental e médio.

Embasado nisso, os tributos após recolhidos têm o propósito de voltar para a população através da criação de projetos que melhorem a qualidade do ensino, saúde pública, segurança, saneamento básico, entre outros. Para Piccoli e Piccoli (2014) a partir da descentralização os tributos passaram a ser recolhidos por cada órgão não apenas por um só. A distribuição dos principais impostos está descrita no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Principais Impostos

Esfera de governo	Impostos contemplados
Impostos federais	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto de Importação - Imposto de Exportação - Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Impostos estaduais	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
Impostos municipais	<ul style="list-style-type: none"> - Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI) - Imposto sobre Serviços (ISS) - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

Fonte: Adaptado de Piccoli e Piccoli (2014).

Complementando isso, além dos impostos citados acima fazem parte dos órgãos federais alguns tributos principais como: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Instituto Nacional da Seguridade Nacional (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

2.2 Desempenho Educacional no Brasil

O Desempenho educacional para Moraes, Dias e Mariano (2017) é analisar a correlação entre o investimento na educação e o desempenho dos estudantes, no qual se percebe que os fatores com mais déficit são a desigualdade social, gastos inadequados e a estrutura do sistema educacional. Segundo Travitzki (2020) o elemento essencial para o desenvolvimento está na autonomia da escola, pois estimula a competição e os professores conseguem ministrar melhor os materiais didáticos. E ainda, para avaliar o impacto deste método, ocorrem avaliações de desempenho dos estudantes, porém, esse método precisa ser estudado em longo prazo para que

alcance resultados mais concretos em questões da qualidade de ensino.

Diante disso, o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), foi criado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP) em 2007 através do Decreto Federal nº 6.094/2007. É um indicador que tem por objetivo identificar por meio de valores estatísticos o nível do desempenho educacional. Os resultados podem ser acompanhados pela população e assim, terem conhecimento da qualidade do serviço da educação básica oferecido pelas escolas públicas, porém, para chegar ao resultado, dois fatores são analisados, o fluxo escolar obtido por meio do Censo Escolar e o desempenho alcançado pelos alunos através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (OLIVEIRA JUNIOR; MINORI, FROTA, 2019).

Esse sistema SAEB é realizado pelo INEP desde 1990, os quais geram dados e indicadores que subsidiam a elaboração e o monitoramento das políticas educacionais do País. É uma avaliação aplicada aos alunos da rede de educação básica para avaliar o desempenho e rendimento escolar. A aplicação ocorre em alunos de 5ª e 9ª ano do Ensino Fundamental e de 3ª ano do Ensino Médio (INEP, 2017).

Porém, o IDEB apontou um crescimento nas notas das avaliações da educação entre os anos de 2005 a 2015, sendo: Ensino Médio foi de 3,1 para 3,5; o Ensino Fundamental (anos iniciais) foi de 3,6 para 5,3 e dos anos finais foi de 3,2 para 4,2. A partir destas informações, o INEP criou metas para cada instituição de ensino, para que em 2021 o ensino conseguisse atingir a média 6, parte desse aumento foi pela criação do FUNDEB, que proporcionou à destinação de mais recursos para a educação entre estados e municípios (PIERI, 2008).

Para Alves (2008), os dados de crescimento do ensino básico têm ligação aos docentes com ensino superior, pois acarretou um acréscimo de 0,57 pontos no desempenho médio da rede de ensino após a iniciação do programa do FUNDEB. Assim, o nível de ensino superior dos professores impacta na formação dos alunos, e em comparação a outros países o Brasil tem efeito positivo no nível de formação da docência escolar.

Diante do exposto, a fonte de recurso destinada a promover a manutenção da educação básica vem pela distribuição das receitas correntes recolhidas pelos órgãos federativos que ao receber tais valores repassam um percentual ao setor responsável pela educação que tem como objetivo promover melhorias e aumentar o desenvolvimento educacional. No site Portal Transparência (2020) apresenta uma análise realizada nos anos de 2017, 2018 e 2019 dos percentuais recebidos das receitas correntes no Brasil, conforme mostra no Quadro 2.

Quadro 2 – Receitas Corrente Consolidada a Nível Nacional

Origem	Porcentual com relação ao total arrecadado 2019	Porcentual com relação ao total arrecadado 2018	Porcentual com relação ao total arrecadado 2017
Contribuições	50,49%	54,93%	57,23%
Impostos, Taxas e Contribuições de melhorias	31,96%	32,95%	33,22%
Receita Patrimonial	12,08%	7,31%	7,17%
Outras Receitas Correntes	3,56%	2,88%	2,83%
Receita de Serviços	1,78%	1,71%	1,89%
Receita Industrial	0,12%	0,17%	0,08%
Receitas Correntes - a classificar	0,01%	0,02%	0,02%
Transferências Correntes	0,00%	0,02%	0,00%
Receita Agropecuária	0,00%	0,00%	-2,45%

Fonte: Adaptado do Portal Transparência (2020).

Essa porcentagem mostrada no Quadro 2, demonstra a distribuição das receitas recolhidas. Os valores maiores arrecadados vêm de Impostos, Taxas e Contribuições de melhorias. Em 2017 foram arrecadados mais sobre as contribuições, impostos, taxas, contribuições de melhoria e receita de serviços, mas, em relação à receita agropecuária seu saldo foi negativo em 2,45%, em 2018 tiveram maior destaque na Receita Industrial e Transferências Correntes. Já na receita patrimonial em 2019 houve um aumento de quase 4,5% em relação aos outros anos, assim como na receita corrente que também foi maior.

2.3 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Segundo Ramos e Giorgi (2011), em 1988 foi implantado pelo Governo Federal o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), no qual 15% das receitas entre o Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Impostos sobre Circulação de Produtos Industrializados Proporcionais às Exportações (IPI) e a Desoneração de Exportações (LC 87/96) eram repassado ao FUNDEF pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Os valores repassados baseavam-se com a quantidade de alunos matriculados no Ensino Fundamental.

Deste modo, com a Emenda Constitucional nº 53/2006 regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), implantado em 2007 com um período de 14 anos de duração. Esse fundo é composto pelas Creches, Pré-Escolas, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a referida mudança novos tributos foram inclusos, além dos já existentes, outra mudança que ocorreu foi 60% dos recursos recebidos destinados à remuneração e capacitação dos professores, criando também um piso salarial que até o momento não existia (CRUZ; ROCHA, 2018).

Avista disso, os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A distribuição é realizada aos municípios com base no número de alunos da educação infantil e do Ensino Fundamental, e os estados, pelo número de alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme art. 211 da Constituição Federal. Esses fundos são totalizados em 27, ou seja, um fundo para cada um dos 26 Estados e mais o Distrito Federal, composto por recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à Educação. (QUEIROZ; CAMARA; FREIRE; CUNHA, 2011).

Segundo o Portal do MEC (2020), explica que o FUNDEB tem vigência de 2007-2020, mas que foi a partir de 2009 que o percentual de contribuição atingiu o patamar de 20% sobre as transferências das receitas e contribuição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme descrito no quadro 3.

Quadro 3 – Receitas Destinadas ao FUNDEB

Origem	Receita
Municipal	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
Estadual	Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp)
Estadual	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
Estadual e Distrito Federal	Fundo de Participação dos Estados (FPE)

Estadual e Distrito Federal	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
Estadual e Distrito Federal	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD)
União	Desoneração das Exportações (LC nº 87/96)
União	Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios
Obs. Fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.	

Fonte: Adaptado do Portal MEC (2020).

Por esse motivo, o FUNDEB tem por objetivo atender melhor as crianças e adolescentes em toda a Educação Básica. Esse fundo segue várias regras, tendo como fonte de recursos os impostos federais, estaduais e municipais, assim, desde 2007 o desenvolvimento escolar e a valorização dos professores vêm mostrando melhoras no ensino. Em uma pesquisa divulgada pelo site Portal Tesouro Nacional (2020) mostra os valores que o fundo recebeu nos estados da região nos anos de 2017, 2018 e 2019 conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Arrecadação FUNDEB

Ano	Estado	Valor Consolidado
2017	Paraná	R\$ 4.254.080.328,96
	Rio Grande do Sul	R\$ 4.170.395.210,85
	Santa Catarina	R\$ 2.187.168.329,55
2018	Paraná	R\$ 4.417.546.521,19
	Rio Grande do Sul	R\$ 4.483.027.873,91
	Santa Catarina	R\$ 2.323.813.879,57
2019	Paraná	R\$ 4.518.618.797,09
	Rio Grande do Sul	R\$ 4.411.123.814,98
	Santa Catarina	R\$ 2.565.117.362,78

Fonte: Adaptado do Portal Tesouro Nacional (2020).

Ademais, o quadro acima possui valores consolidados, mas dentro deste valor constam todas as transferências de arrecadação para o FUNDEB como FPE, FPM, ICMS, IPI, Desoneração de Exportações (LC 87/96), ITCMD, IPVA e Quotas de 50% do imposto Territorial Rural (ITR). Esses resultados obtidos mostram que em 2017 e 2019 o estado do Paraná atingiu maior arrecadação, já em 2018 foi o estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi o que menos arrecadou em comparação aos outros estados, ou seja, recebeu metade do que os outros estados da região sul.

3 Procedimentos Metodológicos

Para a realização da pesquisa, foi necessário seguir métodos com objetivo de alcançar os resultados esperados, com isso, considera-se a relevância da metodologia na elaboração do artigo científico. Para Cervo e Bervian (2007), o método é a ordem que os diferentes processos precisam seguir para atingir o resultado desejado. Assim, para realização e alcance dos objetivos desta pesquisa destacam-se neste tópico os principais aspectos metodológicos, através da pesquisa bibliográfica compreendendo a revisão teórica do mesmo, onde foram pesquisados livros que dominam sobre o assunto.

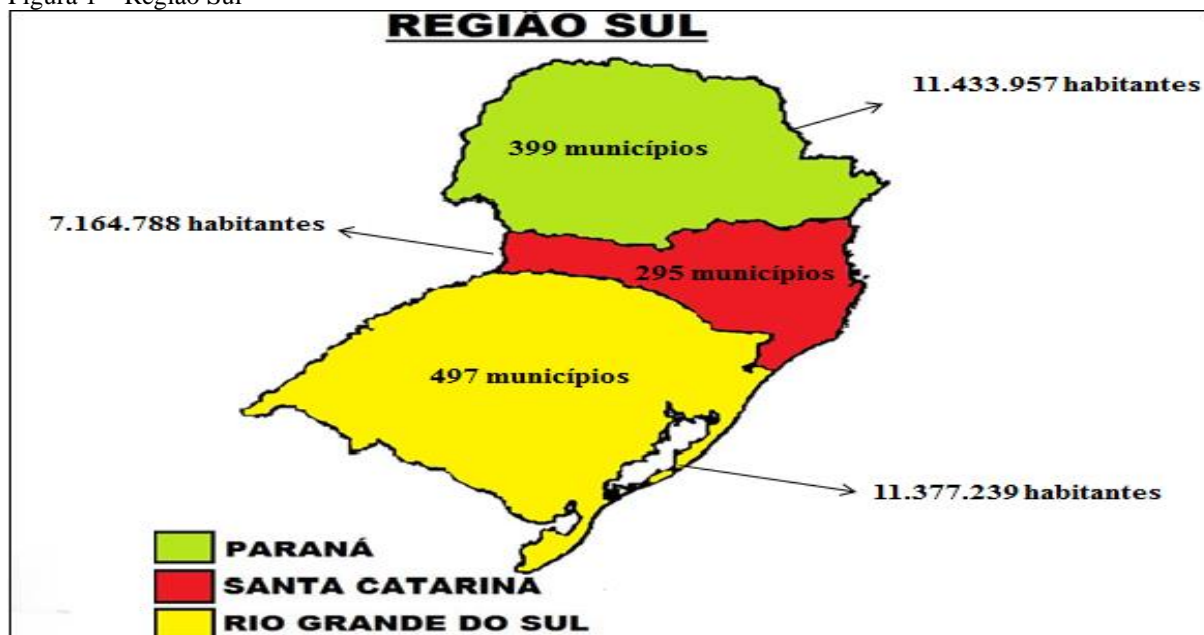
A pesquisa de natureza aplicada segundo Nascimento (2016), é a busca de soluções para

problemas específicos através de uma aplicação prática como propor sugestões a uma determinada situação em análise. Referente à tipologia do objetivo da pesquisa descritiva busca as características de determinada população através da coleta de dados para avaliar a relação entre duas medidas quantitativas (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Para Gil (2010), levantamento é recolher informações com base no problema em análise de um determinado grupo, primeiro selecionam-se os integrantes relevantes para a pesquisa através de um procedimento estatístico cria-se uma amostra, esta amostra é o apoio para a pesquisa de levantamento. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa quantitativa avalia e faz o levantamento de dados em que seus resultados baseiam-se em recurso estatísticos, números e taxas. Assim, conseguindo identificar causas e os problemas de análise em questão segundo (STRIEDER, 2009).

À vista disso, a pesquisa foi realizada de forma intencional nos estados da Região Sul, que correspondem a 477 municípios do Estado do Rio Grande do Sul com 11.377.239 habitantes, Paraná 399 municípios com 11.433.957 habitantes e Santa Catarina 295 municípios com 7.164.788 habitantes. A partir destes dados foram definidos a população que direcionou a amostra para todos os indicadores propostos para a análise de dados. Conforme mostra figura abaixo.

Figura 1 – Região Sul



Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

O ano base de coleta é referente ao exercício de 2015 e 2017 e o período para análise desta coleta foi de julho a novembro de 2020. O instrumento de coleta utilizado foi à base de dados por meio de Download dos sites, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contém informações de todos os municípios analisados da região sul. Após coletado as informações foi necessária à tabulação dos dados com o auxílio do Excel, para o grande volume de informações a serem tratados. Os resultados foram distribuídos e organizados em planilhas e tabelas, facilitando a análise, também foi utilizada a tabela de regressão linear múltipla gerando mais informações para o melhor entendimento do objetivo desta pesquisa.

4 Apresentação e Análise dos Dados

Esta etapa compreenderá na elaboração da pesquisa de caráter descritiva e com os levantamentos de dados dos sites, que foram de suma importância e assim possibilitaram estudar e interpretar os números obtidos para transformá-los nas informações necessárias. O objetivo se dá na identificação da distribuição das receitas destinadas ao FUNDEB com o desenvolvimento educacional dos municípios dos estados da região Sul do Brasil no período de 2015 e 2017. Os resultados obtidos de forma confiável e esclarecedores serão apresentados nas tabelas a seguir.

Portanto, na tabela 1, são demonstradas as variáveis de População, Receita Corrente Líquida – RCL dos anos 2015 e 2017, e a nota que mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no estado do Paraná.

Tabela 1 – Receitas do estado do Paraná

Ano	Descritivos	População	RCL	Per capita RCL	IDEB
2015	Média	29.029	73.061.133	2.830	5,89
	Mediana	10.496	24.474.771	2.552	5,90
	Mínimo	1.509	9.832.008	1.133	4,40
	Máximo	1.864.416	6.241.325.256	19.198	8,10
2017	Média	29.029	82.666.595	3.276	6,15
	Mediana	10.434	28.513.631	2.979	6,10
	Mínimo	1.403	11.565.761	1.308	4,30
	Máximo	1.893.997	6.665.379.034	9.098	8,70

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Considerando as informações da tabela 1, é visível que as variáveis apresentadas em relação à média do IDEB em 2015 foram de 5,89 com uma nota máxima de 8,10 e mínima de 4,40. Porém, em 2017 a média aumentou para 6,15 com o máximo de 8,70 e mínimo de 4,30, ou seja, todo o aumento ligado ao índice de desenvolvimento da educação pode ser considerado positivo. Ainda é possível ver que o índice de mediana é muito bom, pois ficou em 6,10, muito próximo do total da média. Assim, a média da RCL também obteve um aumento de 2015 para 2017 de aproximadamente 13,15% das receitas tributárias sendo que a média da população não sofreu alterações nestes anos de análise permanecendo em 29.029 mil.

No que diz respeito às variáveis de população do estado do Rio Grande do Sul, RCL e a nota que mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB dos anos de 2015 e 2017 está exposto na tabela a seguir.

Tabela 2 – Receitas do estado do Rio Grande do Sul

Ano	Descritivos	População	RCL	Per capita RCL	IDEB
2015	Média	36.760	91.846.339	2.895	5,63
	Mediana	12.222	29.715.921	2.591	5,60
	Mínimo	1.591	-5.591.336	-326	4,10
	Máximo	1.472.482	4.924.553.538	9.377	7,90
2017	Média	26.426	73.338.478	3.707	6

Mediana	8.269	25.210.148	3.214	6
Mínimo	1.300	11.009.720	1.297	4
Máximo	479.236	1.494.654.011	9.786	8

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Dessa forma, observa-se, na tabela 2, que no período de 2015 e 2017 houve mudanças significativas com a quantidade de amostra da população. De 36.760 mil diminuiu para 26.426 mil, o mesmo aconteceu com a receita corrente líquida que de R\$ 91.846.339,00 passou para R\$ 73.338.478,00. Porém a média do IDEB conseguiu um aumento de 6,57% de um ano para outro na qual a média era de 5,63 passando assim para 6.

Todavia, a tabela 3 apresenta as variáveis de População, RCL e a média do IDEB do último estado da região sul, sendo ele Santa Catarina.

Tabela 3 – Receitas do estado de Santa Catarina

Ano	Descritivos	População	RCL	Per capita RCL	IDEB
2015	Média	26.081	71.231.748	3.005	6,16
	Mediana	9.551	22.784.498	2.663	6,20
	Mínimo	1.603	9.480.993	1.714	4,00
	Máximo	554.601	1.469.360.614	6.695	8,00
2017	Média	25.432	79.854.702	3.664	6,30
	Mediana	8.812	26.240.198	3.155	6,30
	Mínimo	1.341	10.875.949	1.914	4,40
	Máximo	569.645	1.797.993.048	8.623	7,90

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Contudo, de acordo com os dados obtidos na tabela acima é perceptível analisar que o estado de Santa Catarina se manteve bem de um ano para o outro. Em questão de amostra da população, sua média ficou entre 25.432 mil e 26.081 mil, o índice de desenvolvimento também se manteve com uma média entre 6,16 e 6,30, assim como a mediana que está próxima do total da média entre 6,20 e 6,30. Já a receita corrente líquida por sua vez obteve um aumento de 12,11%, sendo que em 2015 tinha R\$ 71.231.748,00 e em 2017 passou a ter R\$79.854.702,00.

No entanto, na tabela 4 os dados analisados são referentes às variáveis de matrículas, docentes e os estabelecimentos de ensino dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos anos de 2015 e 2017.

Tabela 4 – Análise descritiva Setor da educação da região Sul

UF	Ano	Descritivos	Matrículas	Docentes	Estabelecimentos
PR	2015	Média	5.716	354	40
		Mediana	2.000	139	18
		Mínimo	345	25	4
		Máximo	332.138	21951	1840
	2017	Média	5.633	353	40

		Mediana	1.991	141	18
		Mínimo	314	23	4
		Máximo	321.121	21137	1872
RS	2015	Média	5.996	377	62
		Mediana	2.022	157	28
		Mínimo	0	0	0
		Máximo	235.420	13540	2140
	2017	Média	4.400	279	47
		Mediana	1.320	103	20
		Mínimo	0	0	0
		Máximo	76.285	4862	751
SC	2015	Média	5.619	352	42
		Mediana	1.945	142	19
		Mínimo	264	22	3
		Máximo	101.925	5368	640
	2017	Média	5.714	356	40
		Mediana	1.920	130	18
		Mínimo	240	29	3
		Máximo	105.872	5468	625

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Avista disso, a análise de matrículas do estado do Paraná apresenta uma média de 5.716 mil diminuindo cerca de 1,45% em relação à média para o ano de 2017 que obteve 5.633 mil matrículas e no quesito estabelecimentos e docentes não houve mudanças significativa nos anos analisados. No estado do Rio Grande do Sul o número de matrículas também diminuiu de 5.966 mil, para 4.400 mil a um percentual de 26,62%, esses valores mostram um reflexo nos valores de docentes que de 377 passaram para 279 e estabelecimentos que de 62 passaram para 47. Entretanto, o estado de Santa Catarina atingiu um aumento de 1,69% no setor de matrículas, no ano de 2015 sua média foi de 5.619 mil e em 2017 atingiu 5.714 mil, por sua vez o número de docentes obteve um aumento de 352 para 356.

Entretanto, na tabela 5 contém as descritivas variáveis deste estudo, bem como os valores de média, máximo e mínimo, referente aos extratos dos recursos destinados ao FUNDEB nos anos de 2015 e 2017 no estado do Paraná.

Tabela 5 – Extrato dos Recursos FUNDEB estado do Paraná

Descritivos	FPE	FPM	ICMS	IPI-EXP	IPVA	ITCMD	ITR	LC 87	TOTAL
2015									
Média	545.139	1.336.121	6.219.155	93.956	737.908	122.680	24.017	48.668	9.127.644
Mediana	203.689	499.236	2.324.142	35.106	275.734	45.861	8.985	18.185	3.410.937
Mínimo	43.585	106.825	497.377	7.512	59.004	9.817	1.924	3.891	729.935
Máximo	28.684.077	70.303.917	327.248.462	4.943.744	38.827.614	6.455.693	1.263.988	2.560.824	480.288.318
2017									
Média	606.680	1.492.053	7.330.840	113.599	837.902	113.127	30.194	49.785	10.574.180
Mediana	216.911	533.465	2.620.703	40.616	299.531	40.375	10.781	17.800	3.780.169

Mínimo	44.000	108.212	531.889	8.239	60.800	8.257	2.199	3.611	767.208
Máximo	31.605.808	77.730.530	381.952.674	5.918.106	43.657.759	5.903.931	1.574.857	2.593.608	550.937.273

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Assim, constata-se que o FUNDEB apresentou uma média total dos recursos em 2015 de R\$ 9.127.644,00. Em 2017 mostrou um aumento em relação ao ano anterior, sendo que o valor foi de R\$ 10.574.180,00. Diante a análise do quadro acima, o recurso de maior arrecadação foi o ICMS que em 2015 atingiu uma média de R\$ 6.219.155,00, uma vez que em 2017 sua média foi de R\$ 7.330.840,00. O recurso que apresenta menor arrecadação é o ITR com uma média de R\$ 24.017,00 em 2015 e R\$ 30.194,00 em 2017. Também se pode destacar que o ITCMD foi o único que com uma baixa de um ano para o outro em sua arrecadação, pois sua mediana mostra que em 2015 seu valor era de R\$ 45.861,00 e em 2017 passou a ser R\$ 40.375,00.

Desse modo, na tabela 6 contem os extratos dos recursos que são destinados ao FUNDEB no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2015 e 2017.

Tabela 6 – Extrato dos Recursos FUNDEB estado do Rio Grande do Sul

Descritivos	FPE	FPM	ICMS	IPI-EXP	IPVA	ITCMD	ITR	LC 87	TOTAL
2015									
Média	587.237	1.764.737	8.905.149	172.796	787.956	196.541	32.156	63.948	12.510.519
Mediana	236.724	711.392	3.589.802	69.657	317.637	79.229	12.937	25.779	5.043.141
Mínimo	24.769	74.433	375.603	7.288	33.235	8.290	1.360	2.697	527.676
Máximo	11.211.924	33.693.554	170.023.156	3.299.131	15.044.192	3.752.492	614.376	1.220.943	238.859.768
2017									
Média	504.476	1.551.938	8.274.645	128.150	662.847	132.751	30.056	51.521	11.336.383
Mediana	157.686	485.094	2.586.572	R\$ 40.056	207.717	R\$ 41.543	9.408	16.104	3.544.181
Mínimo	16.582	51.010	271.943	4.212	21.651	4.351	984	1.693	372.427
Máximo	7.333.366	22.559.893	120.286.049	1.862.863	9.638.813	1.930.048	436.991	748.937	164.796.960

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Decorrente dos resultados obtidos na tabela acima, o totalizador da média dos recursos recebidos em 2015 foi de R\$ 12.510.519,00 considerando uma baixa de 9,39% para o ano de 2017 que arrecadou somente a média de R\$ 11.336.383,00. Posto isto, ainda é possível perceber que o maior recurso arrecadado é o de ICMS com uma mediana de R\$ 3.589.802,00 e em 2017 passou R\$ 2.586.572,00 seguido pelo FPM que de R\$ 711.392,00 passou a R\$ 485.094,00 ambos diminuíram de um ano para o outro.

Apresentam-se também na tabela 7 as variáveis referentes aos recursos destinadas ao FUNDEB nos anos de 2015 e 2017 no estado de Santa Catarina.

Tabela 7 – Extrato dos Recursos FUNDEB estado de Santa Catarina

Descritivos	FPE	FPM	ICMS	IPI-EXP	IPVA	ITCMD	ITR	LC 87	TOTAL
2015									
Média	428.821	1.367.646	6.718.011	115.039	963.074	115.580	7.239	30.721	9.746.131
Mediana	152.100	485.094	2.382.736	40.804	341.591	40.942	2.565	10.896	3.456.764
Mínimo	21.061	67.170	330.009	5.650	47.304	5.694	356	1.509	478.754
Máximo	9.088.530	28.986.177	142.387.724	2.438.168	20.411.933	2.450.952	153.493	651.099	206.568.075

2017

Média	457.056	1.461.191	8.383.111	124.489	672.704	120.195	7.987	30.072	11.256.805
Mediana	159.865	511.083	2.932.595	43.543	235.294	42.042	2.794	10.518	3.937.734
Mínimo	23.155	R\$ 74.026	424.739	R\$ 6.307	34.080	R\$ 6.089	404	R\$ 1.524	570.325
Máximo	10.505.118	33.584.480	192.669.960	2.861.303	15.461.487	2.762.487	183.499	691.187	258.719.521

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Dessa forma, é possível perceber o crescente aumento na média total dos recursos arrecadados em Santa Catarina que de R\$ 9.746.131,00 em 2015 passou a ter R\$11.256.805,00 falando em percentual 15,50% de um ano para outro. Visto que, os maiores recursos vieram da arrecadação de ICMS com R\$ 6.718.011,00 em 2015 e R\$8.383.111,00 em 2017 e FPM com R\$ 1.367.646,00 em 2015 e R\$ 1.461.191,00 em 2017.

Assim sendo, na tabela a seguir constam informações sobre os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina com relação aos resultados obtidos com as receitas que compõe o FUNDEB nos anos de 2015 e 2017.

Tabela 8 – Resultados FUNDEB estados do Sul 2015 e 2017

UF	Ano	Descritivos	Transferências do FUNDEB	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	Ganho/Perda	PER CAPITA FUNDEB
PR	2015	Média	9.045.707	6.958.973	2.076.644	352
		Mediana	3.418.910	3.352.487	- 172	350
		Mínimo	0	- 2.741.684	- 20.096.391	235
		Máximo	480.288.318	298.817.687	181.470.632	533
	2017	Média	10.477.514	7.632.270	2.788.434	404
		Mediana	3.765.540	3.805.309	0	402
		Mínimo	0	0	33.559.021	236
		Máximo	550.937.273	316.768.598	234.168.675	609
RS	2015	Média	12.440.379	7.683.202	4.751.509	406
		Mediana	5.004.806	3.624.636	748.275	390
		Mínimo	0	-22.307.239	- 9.914.399	162
		Máximo	238.859.768	239.142.728	83.247.841	1.004
	2017	Média	11.263.215	7.168.942	4.184.584	465
		Mediana	3.428.335	3.520.804	245.588	448
		Mínimo	0	- 92.109	- 15.763.644	215
		Máximo	164.796.960	127.844.717	79.249.808	1.110
SC	2015	Média	9.719.714	6.089.626	3.581.618	395
		Mediana	3.456.764	2.799.253	518.202	372
		Mínimo	21.593	0	- 3.634.773	201
		Máximo	206.568.075	104.121.006	102.447.069	718
	2017	Média	11.202.074	6.678.663	4.536.488	468
		Mediana	3.870.576	3.241.497	789.265	446
		Mínimo	0	244.930	- 5.681.218	197
		Máximo	259.509.860	116.034.965	143.474.895	898

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Em 2015 a média das Transferências do FUNDEB no estado do Paraná era de R\$ 9.045.707,00 milhões sendo comparada com o ano de 2017 de R\$10.477.514,00 vemos um aumento de 15,83% nos valores transferidos para os estabelecimentos escolares. Assim, os

valores da renda Per Capita também tiveram aumento comparando os mesmos anos, a média ficou em 14,77%. As deduções aumentaram de 2015 para 2017 em média de 9,67%, pois ocorreram mais matrículas e com isso mais professores foram contratados. Neste mesmo período os ganhos e perdas tiveram um aumento de 34,23%, pois o valor da Transferência foi maior que o valor da Dedução da Receita utilizado.

Contudo, no estado do Rio Grande do Sul, entre os três estados analisados foi o maior em arrecadação Per Capita e Transferências do FUNDEB. No ano de 2015 a média das deduções foi de R\$ 7.683.202,00 e em 2017 foram de R\$ 7.168.942,00 logo, uma baixa de 6,69% em comparação ao ano anterior, sendo assim, o Ganho/ Perda também teve uma baixa de 11,93%, mas assim mesmo obteve um ganho. A renda Per Capita como esperado também conseguiu um aumento significativo de 14,53% entre os anos analisados.

Em Santa Catarina as Deduções de receita aumentaram em 9,67% entre os anos de 2015 e 2017. As Transferências do FUNDEB em 2015 foram de R\$ 9.719.714,00 e em 2017 foram de R\$ 11.202.074,00 com média de 15,25% de aumento entre os anos analisados. A média de Ganho /Perda nos anos analisados foi de 26,63% um aumento de ganhos consideráveis em relação às Transferências e a Dedução de Receita. Assim analisamos que nos estados durante os anos de 2015 e 2017 ocorreram aumentos significativos como mostra a tabela dos resultados.

Ainda nesse contexto, a tabela 9 tem por objetivo mostrar os valores que mais influenciaram e os recursos mais significativos para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos três estados.

Tabela 9 - Regressão Linear Múltipla

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Erro Padrão	Beta		
1	(Constante)	5,717	,045		126,249	0,000
	Ganho/Perda	-1,666E-09	,000	-,029	-,526	,599
	FUNDEB - FPE	3,460E-07	,000	,670	1,665	,096
	FUNDEB - FPM	-5,015E-07	,000	-2,597	-2,082	0,04*
	FUNDEB - ICMS	6,930E-08	,000	1,798	2,923	0,00**
	FUNDEB - IPI-EXP	-7,479E-07	,000	-,311	-,947	,344
	FUNDEB - IPVA	1,839E-07	,000	,510	2,441	0,01*
	Per capita RCL	9,177E-05	,000	,168	7,478	0,00**
	SC	,186	,042	,116	4,481	0,00**
	RS	-,275	,040	-,181	-6,913	0,00**

a. Variável Dependente: IDEB

ANOVA ^a					
Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Sig.
1	Regressão	115,169	9	12,797	28,475
	Resíduo	846,207	1883	,449	
	Total	961,376	1892		

a. Variável Dependente: IDEB

b. Preditores: (Constante), RS, FUNDEB - FPE, Per capita RCL, SC, Ganho/Perda, FUNDEB - IPI-EXP, FUNDEB - IPVA, FUNDEB - ICMS, FUNDEB - FPM

Resumo do modelo				
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da
1	,346 ^a	,120	,116	,6704

a. Preditores: (Constante), RS, FUNDEB - FPE, Per capita RCL, SC, Ganho/Perda, FUNDEB - IPI-EXP, FUNDEB - IPVA, FUNDEB - ICMS, FUNDEB - FPM

Fonte: Elaborado pelas autores (2020).

Diante a análise da tabela 9, é notório que o modelo atingiu 11% de captura das variáveis e que tamanho do efeito da pesquisa é de 28,47, para um teste explicativo como esse foi o suficiente para atender as nossas necessidades. Em relação aos dados, se mostraram confiáveis, pois tem uma variação normal dentro do conjunto de significância do modelo que apresenta 99% de confiabilidade.

Dessa forma, na tabela 9 por meio da regressão linear múltipla expõem o comportamento dos valores por receita, o FPM que é a principal receita dos municípios pequenos, apresenta no modelo um resultado negativo que significa que onde se arrecada menos FPM tem os melhores índices do IDEB, fato que denota que os municípios pequenos possuem uma boa eficiência dos recursos públicos em educação. A receita corrente líquida Per capita que apresenta relação positiva conduz também para a relação dos menores municípios onde seu valor é maior, e consolida na identificação que os pequenos municípios possuem melhores índices do IDEB.

Ainda nessa análise, é possível destacar que a principal receita dos recursos estaduais de formação do FUNDEB, é o ICMS e quanto maior sua arrecadação melhor seu o índice, seguido pelo IPVA que também se mostra com valores significativos. Por fim, o teste mostra ainda que Santa Catarina tem uma gestão melhor comparada ao Rio grande do Sul. O Paraná foi excluído do teste, pelo fato de suas variáveis apresentarem comportamentos semelhantes ao índices do IDEB geral.

5 Considerações Finais

Este artigo apresentou dados resultantes da pesquisa, da qual tem como tema saber qual a relação existente entre o investimento arrecadado para o FUNDEB e a qualidade da educação nos municípios dos estados da região sul do Brasil no período de 2015 e 2017. Assim, o objetivo do estudo foi identificar como são distribuídos os recursos destinados ao FUNDEB e se o nível de desempenho na educação resulta pela quantidade recebida por este recurso. A realização se deu por meio de pesquisa bibliográfica compreendendo a revisão teórica do mesmo, com auxílio de livros que dominam o assunto e sites para coleta dos dados.

Percebemos, no entanto, que no quesito de amostra da população nos anos de 2015 e 2017 o estado do Paraná e Santa Catarina não sofreu muitas alterações, na receita corrente líquida ambos tiveram aumento, já o estado do Rio Grande do Sul com baixa de 30% na amostra de população, conseqüentemente também diminuiu sua receita corrente líquida. Em relação às médias do IDEB os três estados não diminuíram suas notas, porém, é de fácil análise perceber que o estado de Santa Catarina apesar de ter a menor população e RCL, tem a maior média em relação aos outros estados, mostrando que a qualidade de ensino está na melhor forma de distribuição dos recursos em todas as áreas da educação, e não em ter maior recurso sem saber aonde investir.

Em suma, sobre as amostras de matrículas, docentes e estabelecimentos, é perceptível entender que Santa Catarina se sobressaiu em relação aos outros estados, pois atingiu um aumento de matrículas de 1,69% no último ano analisado, assim, o fato de ter mais alunos na rede de ensino aumentou a demanda por mais contratações de professores para suprir as necessidades do ensino infantil e fundamental. Já o Rio Grande do Sul em matrículas diminuiu em 26,62% como efeitos os docentes de 377 passaram a ser 279.

Destacamos ainda sobre os recursos arrecadados e destinados ao FUNDEB. Santa Catarina em 2017 arrecadou R\$ 11.257.000,00 esse valor mostra ser significativo em relação

ao Paraná que arrecadou R\$ 10.574.000,00 sendo que tem uma amostra de população maior. O Rio Grande do Sul por sua vez diminuiu seus recursos de 2015 para 2017 em 9% em valor a uma média de R\$ 11.336.000,00 pouca diferença de Santa Catarina. Em relação ao percentual, nos resultados obtidos nos dois anos, é possível analisar que houve um ganho de 34,23% no estado do Paraná e Santa Catarina 26,63%, porém, o Rio Grande do Sul terminou 2017 com uma perda de 11,93%.

Em síntese, os objetivos do trabalho foram alcançados, pois, o indicador relativo ao porte populacional que, quanto menor a população, menor é a arrecadação e menor a qualidade de ensino, mostrou que esta informação não procede, pois foi comprovada que a qualidade não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, ou a má distribuição de recursos for ruim. E sim está ligada à gestão no que diz respeito ao desenvolvimento de cada município e a correta arrecadação e distribuição direcionada a educação para gerar uma educação com qualidade e com projeções futuras positivas.

Ressaltamos ainda que, as limitações desta pesquisa se deram pelo atraso da postagem com as médias do IDEB 2019. Sendo que esse site foi usado como material de pesquisa, dificultando assim, uma análise mais atual em relação ao desenvolvimento educacional. Por último, o intuito do presente artigo é incentivar futuras pesquisas mais aprofundadas, para que seja medido o nível da educação com maior frequência, assim, dando uma atenção maior em relação à qualidade de ensino que está sendo ofertada a toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fátima. Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. **Caderno Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 413-440, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200008>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP). **Cartilha Saeb**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/assetpublisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6734620>. Acesso em 25 abr.2020.
- _____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_211_.asp. Acesso em 25 abr. 2020.
- _____. Portal do MEC. **Dê onde Vem os Recurso FUNDEB**. Brasília, DF, 2020. Disponível em : <http://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb>. Acesso em 15 Abr. 2020.
- _____. Portal Transparência. **Detalhamento da Receita Pública**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://transparencia.gov.br/receitas/consulta?de=2020&ate=2020>. Acesso em: 20 Abr. 2020.
- _____. Portal Tesouro Nacional. **Transferências Constitucionais**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>. Acesso em 15 abr. 2020.
- BOTELHO, Luciano Henrique Fialho; ABRANTES, Luiz Antônio; FIALHO, Nágela Silveira. Reflexões sobre as Aplicações de Políticas de Desonerações Tributárias no Desenvolvimento Regional Brasileiro. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 79, p. 1-20, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/55499/reflexoes-sobre->

as-aplicacoes-de-politicas-de-desoneracoes-tributarias-no-desenvolvimento-regional-. Acesso em: 20 Mar. 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto Da. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CURY, Carlos. **A Educação Básica no Brasil. Educação Social**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 Abr. 2020.

CRUZ, Gabriela; ROCHA, Rudir. **Efeitos do FUNDEF/B sobre Frequência Escolar, Fluxo Escolar e Trabalho Infantil: Uma Análise com Base nos Censos de 2000 e 2010**. Estudo Econômico, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 39-75, jan./mar.2018.

DANTAS JUNIOR, Amarando Francisco; DINIZ, Josediton Alves; LIMA, Severino Cesário. A Influência do Federalismo Fiscal sobre o Estresse Fiscal dos Municípios Brasileiros. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 12, n. 3, p. 62-78, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56284/a-influencia-do-federalismo-fiscal-sobre-o-estresse-fiscal-dos-municipios-brasileiros>. Acesso em: 20 Mar. 2020.

DINIZ, Josediton Alves.; CORRAR, Luiz João. Análise da relação entre a eficiência e as fontes de recursos dos gastos municipais no ensino fundamental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/33960/analise-da-relacao-entre-a-eficiencia-e-as-font->. Acesso em: 05 Abr. 2020.

GADELHA, Sergio Ricardo de Brito. **Introdução ao Federalismo Fiscal no Brasil**. 2017. Desenvolvimento do Curso realizado no âmbito do acordo de cooperação Técnica FUB/CDT/ Laboratório Latitude e ENAP, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3182/1/Módulo1-Conceitosintrodutóriosobrefederalismoefederalismofiscal.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. Ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRANDA, Renato Luis Pinto; OLIVEIRA, Elias Rodrigues. Federalismo fiscal e municipalização: uma releitura da trajetória do Brasil. **Gestão & Regionalidade**, v. 26, n. 77, art. 45, p. 49-62, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/3308/federalismo-fiscal-e-municipalizacao--uma-relei->. Acesso em: 10 Abr. 2020.

MORAES, Joysi; DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina Holanda. Qualidade da Educação nas Escolas Públicas no Brasil: Uma Análise da Relação Investimento por Aluno e Desempenho nas Avaliações Nacionais. Contextus - **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 15, n. 3, p. 34-65, 2017.

NASCIMENTO, Francisco Paulo. **Classificação da Pesquisa**. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC. Ed. Brasília: Thesaurus, 2016. Cap. 6

OLIVEIRA JÚNIOR, Manoel Carlos; MINORI, Américo Matsuo; FROTA, Marcelo Souza. Recursos Destinados à Educação e Resultados Alcançados no IDEB de uma Capital Brasileira. **Cadernos ebape.br**, v. 17, n. 3, p. 523-538, 2019.

PICCOLI, Karin Rosi Mussi Botelho; PICCOLI, Rafael Gonzalez Luis. **Manual de Tributos Federais, Estaduais e Municipais**. 2. ed., 2014. Disponível em: <https://www.iob.com.br/newsletterimages/iobstore/sumarios/2014/jun/LIV21200.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

PIERI, Renan. **Retratos da Educação no Brasil**. INSPER Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil>. Acesso em 25 Abr. 2020.

QUEIROZ, Dimas Barrêto; CAMARA, Renata Paes Barros; FREIRE, Anna Paola Fernandes; CUNHA, Marília Caroline Freire. A distribuição de recursos do Fundeb enquanto política social do Governo Federal: um estudo nos municípios paraibanos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 2, p. 33-44, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8377/a-distribuicao-de-recursos-do-fundeb-enquanto-politica-social-do-governo-federal-um-estudo-nos-municipios-paraibanos>. Acesso em 25 Abr. 2020.

RAMOS, Regina Celia; GIORGI, Cristiano Amaral Di. Do Fundef ao Fundeb: avaliando o passado para pensar o futuro: um estudo de caso no município de Pirapozinho-SP. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, vol.19, n.72, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000400009. Acesso em: 15 mar. 2020.

RODRIGUES, Rogério. Desenvolvimento e Educação: Alguns Apontamentos Críticos sobre o Desenvolvimento em Interface com o Campo Educacional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 51, p. 49-62, 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/57722/desenvolvimento-e-educacao--alguns-apontamentos-criticos-sobre-o-desenvolvimento-em-interface-com-o-campo-educacional->. Acesso em: 18 mar. 2020.

STRIEDER, Roque. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**. Joaçaba, SC: Unoesc, 2009. 4 p. (Metodologia do trabalho científico).

SUZART, Janilson Antônio Silva. Dívida dos governos subnacionais brasileiros: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 91-113, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9714/divida-dos-governos-subnacionais-brasileiros--uma-analise-sob-a-otica-do-federalismo-fiscal>. Acesso em: 15 mar. 2020.

TRAVITZKI, Rodrigo. Qual é o Grau de Incerteza do IDEB e por que isso importa? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 28, n.107, p. 500-520, mar. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362020000200500&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2020.